

TURISMO SUSTENTÁVEL E GLOBALIZAÇÃO: IMPASSES E PERSPECTIVAS¹

Lenilton Francisco de Assis²

RESUMO

Este artigo apresenta algumas reflexões acerca dos impasses e perspectivas do turismo sustentável no contexto da globalização. São discutidos brevemente os conceitos de globalização, desenvolvimento e turismo sustentável. A análise desses conceitos permite formular a seguinte questão: é possível falar em turismo sustentável numa sociedade regida por um processo de globalização que, na sua essência, seleciona e exclui pessoas e lugares? As considerações apresentadas não esgotam a amplitude da temática em apreço; ao contrário, buscam suscitar novas reflexões.

Palavras-chave: Turismo. Sustentabilidade. Globalização. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

This paper presents some reflections about the troubles and perspectives of sustainable tourism in the globalisation context. So, we discuss, briefly, the concepts of globalisation, development and sustainable tourism. The analysis of these concepts allows to formulate the following question: Is it possible to speak about sustainable tourism in the particular context of globalisation that, in its essence, select and exclude people and places? The presented ideas doesn't use up the theme discussed, but they try to excite new reflections.

Key-words: Tourism. Sustainability. Globalization. Local development.

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do Século XX, o mundo foi marcado por importantes mudanças econômicas, sociais e geopolíticas. Assistiu-se a uma paulatina reestruturação produtiva que tem resultado na substituição do modelo de produção fordista pelo modelo de produção flexível. Dentre as diversas alterações que este último modelo tem provocado, principalmente nos modos de produção e nas relações de trabalho, destaca-se a expansão do setor terciário, sobretudo das atividades de serviço.

Especialmente nas últimas décadas deste século, a revolução em marcha dos meios de transporte e comunicação se acentua, assinalando um novo período, o “meio técnico-científico-informacional”, no qual a ciência, a tecnologia e a informação constituem a base técnica da vida social e formam um “novo” meio geográfico onde a sociedade produz seu espaço (SANTOS,

¹ Texto apresentado no I Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza, de 12 a 15 de maio de 2003.

² Professor Assistente do Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA-CE). E-mail: lenilton@yahoo.com.

1997). Reconhece-se nesta nova fase uma maior intensificação das redes geográficas, possibilitando a ampliação das relações políticas, sociais, econômicas e culturais entre os diferentes lugares do planeta, assim como redefinindo a relação espaço-tempo.

No bojo dessas mudanças, ocorreu no mundo uma expansão acelerada do consumo e dos serviços, tendo o turismo recebido maior destaque e se caracterizado como uma forma elitista de lazer das sociedades pós-industriais. O turismo é uma atividade complexa que relaciona os elementos naturais e culturais das paisagens, diversos segmentos da indústria, do comércio e dos serviços, movimentando assim capitais de enormes proporções que já superam atividades tradicionais, como a agricultura e a própria indústria. Seu processo de expansão é tão veloz e dinâmico que já o reverenciam como o “fenômeno mais promissor deste Século XXI”.

De acordo com o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC - *World Travel and Tourism Council*), em 1999 o turismo internacional movimentou 656,9 milhões de turistas, o equivalente à cifra de US\$ 4,5 trilhões, que foram responsáveis pelo emprego de 192 milhões de pessoas, as quais representam cerca de 10% da força de trabalho mundial. “A mesma organização espera atingir os 10 trilhões de dólares no ano de 2010” (SILVA, 1998, p. 101).

Dentre os diversos fatores que propiciaram o *boom* do turismo no pós-segunda Guerra Mundial, podemos destacar a evolução dos transportes aéreos, o aumento do poder aquisitivo da população e o direito às férias remuneradas que, conseqüentemente, tornaram o transporte aéreo mais acessível às classes menos abastadas. Isto resultou em um aumento das viagens intercontinentais e na “descoberta e consumo” de novos lugares.

Embora, atualmente, haja uma apologia ao turismo e aos impactos positivos que ele pode gerar, crescem também as advertências quanto aos riscos e à degradação que esta atividade pode acometer nos recursos naturais e sócio-culturais dos espaços receptores. Estas preocupações estão inseridas nos manifestos e discussões em defesa do meio ambiente que eclodiram no mundo nas décadas de 1960 e 1970.

Nessa época, urgia a necessidade de se adotar uma concepção de desenvolvimento “mais ampla” que, além do crescimento econômico, produzisse o bem estar social da população e o uso racional dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras. Nesse sentido, em 1987, a ONU apresentou o conceito de desenvolvimento sustentável no estudo “Nosso Futuro Comum”. Rapidamente, este conceito passou a fazer parte da pauta de discussões do Estado, do *trade* e dos estudiosos do turismo, já que este passara a ser a “nova panacéia para o subdesenvolvimento”. Colocava-se, então, o desafio: como promover um turismo sustentável que gere o crescimento econômico, a inclusão da população local e a conservação do meio ambiente?

Esta questão remete a análises mais acuradas sobre as limitações e dificuldades que o próprio conceito de desenvolvimento sustentável apresenta, assim como induz a ventilar: que tipo de desenvolvimento é possível numa sociedade regida por um processo de globalização que, por trás de discursos banalizados, como o de intensificar relações entre diversas partes do mundo, de homogeneizar culturas e padrões de consumo etc; na sua essência seleciona, exclui pessoas e lugares?

Longe da pretensão de lançarmos respostas acabadas a estas indagações, buscamos neste artigo tecer algumas reflexões sobre os impasses e as perspectivas do turismo sustentável no contexto da globalização. Dessa forma, dividimos o trabalho em três partes: na primeira, discutimos brevemente os conceitos de globalização, desenvolvimento e turismo sustentável; na segunda, analisamos algumas críticas feitas a estes conceitos e, por final, apresentamos algumas considerações no intuito de que elas provoquem novas inquietações sobre a temática em apreço.

GLOBALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E TURISMO SUSTENTÁVEL: ASPECTOS CONCEITUAIS

A globalização é um termo da moda, usado freqüentemente para fazer referência à intensificação ocorrida no final do Século XX das relações econômicas, políticas, sociais e culturais entre os lugares e pessoas do mundo. Pela amplitude das relações que engendra, ela se caracteriza como um termo dêitico e como um processo complexo que vem reivindicando

análises interdisciplinares no campo da Sociologia, da Geografia, da Economia, dentre outras ciências. Apesar dos diversos estudos e debates, ainda não se conseguiu chegar a uma definição absoluta, a um consenso do seu significado.

Quando se fala de globalização – ou de mundialização do capital, como preferem os estudiosos franceses (CHESNAIS, 1995) –, normalmente se associa a processos econômicos, como o aumento da circulação de capitais, dos fluxos financeiros, ou seja, à maturidade de um velho movimento da economia mundial: a sua tendência à internacionalização. Segundo Chesnais (1995), a mundialização do capital é uma “etapa avançada e específica” do movimento de internacionalização do sistema capitalista que, atualmente, é marcado pelos grandes conglomerados de empresas transnacionais que conseguem se instalar nos mais recônditos lugares do globo em busca de vantagens competitivas.

Nesta perspectiva, Benko (1996, p. 237) também reforça a dimensão econômica da globalização, ressaltando que:

Essa palavra designa a tendência atual das grandes empresas a delegar parte de seu poder a filiais espalhadas pelos quatro cantos do mundo. Com efeito, para melhorar sua competitividade, as multinacionais confiam as suas filiais a administradores autóctones, mais aptos a perceberem as especificidades locais nos métodos de gestão e de produção (globalização e localização).

Na definição de Chesnais (1995), anteriormente citada, também fica implícita a compreensão de que a globalização não é um processo novo, sem raízes históricas. Na verdade, enquanto uma “etapa avançada”, ela faz parte do histórico processo de expansão do capitalismo, o qual remonta às Grandes Navegações do final do Século XV; e enquanto “etapa específica”, ela se diferencia das fases anteriores (colonização, mercantilização, internacionalização etc.) pela revolução científico-tecnológica pautada na microeletrônica, na informática e nas telecomunicações que lhe dão suporte.

A globalização redimensiona – sem aniquilar – as dimensões de espaço e tempo. Em segundos, os satélites, a internet, a televisão, os telefones etc. possibilitam que as imagens e informações circulem pelo mundo; as transações financeiras *just in time* movimentam capitais de diversos países; diferentes pessoas, mercadorias, culturas, hábitos e padrões de consumo passam a fazer parte da fabulosa “aldeia global”, conforme assinala Ianni (1995). Ainda segundo este autor “o mundo vai se transformando em território de tudo e de todos, onde tudo – gente, coisas e idéias – , tudo se desterritorializa e reterritorializa, adquirindo novas modalidades de territorialização”.

Nesse processo, fenômenos globais influenciam os locais mutuamente. O global e o local formam um par dialético: complementam-se e opõem-se. Mantendo cada um a sua identidade, o global se materializa no local e o local participa do global.

Por ser um processo dinâmico e multifacetado, a globalização tem rebatimentos em todos os campos sociais e espaciais e, para a Geografia, que estuda o espaço como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1997, p. 51), nunca, as transformações aconteceram com tanta intensidade.

Contudo, convém ressaltar que, como uma ideologia de sucesso, a globalização difunde diversos *slogans* recheados de retóricas e propósitos variados que, na verdade, contribuem para a criação de alguns dos seus “mitos” (BATISTA, 1998).

Deste modo, é válido lembrar que a globalização não gera uma homogeneização das culturas e dos espaços, pois as diferenças persistem e são visíveis nos lugares. Ademais, a globalização se insere na lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, levando a que a difusão dos objetos e a incidência das ações modernas não sejam as mesmas em todas as partes do planeta. Coexistem, então, espaços com realidades paradoxais como, por exemplo, os modernos *shopping centers* e os hotéis de padrão internacional das grandes metrópoles subdesenvolvidas, que distam poucos metros das suas periferias, onde geralmente predominam a miséria e a marginalização social. A globalização é assim excludente e seletiva, levando Santos (1997, p. 271) a afirmar que “não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização”.

Na hierarquia dos espaços da globalização, ditada pelos “atores globais” (os conglomerados de empresas transnacionais), há aqueles que exercem a função de comando da mundialização do capital – como as “cidades globais” representadas pela tríade Nova York, Londres e Tóquio (ARAÚJO, 2000). Estes “espaços de comando” centralizam as informações e controlam a descentralização das operações em muitos pontos racionalmente selecionados do espaço mundial, como as principais cidades dos países periféricos e industrializados, a exemplo de São Paulo, Cidade do México, Seul, Taipé etc.

Entretanto, dentre as diversas dimensões que caracterizam a globalização, a ambiental tem ganhado destaque nas últimas quatro décadas. Devido ao aumento da degradação dos recursos naturais do planeta, a preocupação ambiental passou a ser uma “questão global”, já que esta atual fase do capitalismo acentua o “domínio” do homem sobre a natureza, substituindo cada vez mais esta por uma natureza artificial, tecnicamente “domesticada” pela sociedade, como se apresenta nos grandes centros metropolitanos. A revolução técnico-científica influenciou na produção agrícola e industrial, no incremento das biotecnologias, no aumento do consumo, da urbanização e, conseqüentemente, gerou impactos negativos sobre o meio ambiente.

Há um consenso entre os autores de que o marco inicial das discussões ambientais foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo (Suécia), em 1972. Nesta conferência houve a defesa de um novo modelo de desenvolvimento que congregasse crescimento econômico, justiça social e a conservação dos recursos naturais. Este novo modelo de desenvolvimento foi, inicialmente, denominado *ecodesenvolvimento* (CAVALCANTE, 1998, p. 47-53).

Em 1973, o canadense Maurice Strang, então diretor do Programa de Meio Ambiente da ONU, apresentou o conceito de “ecodesenvolvimento” como uma proposta que possibilitaria implementar estratégias ambientais adequadas e um desenvolvimento social e econômico equitativos. No entanto, coube a Sachs (1993, p. 37-38) formular as cinco dimensões do ecodesenvolvimento que são: a sustentabilidade social, a econômica, a ecológica, a espacial e a cultural.

Na década de 1980, novos encontros e documentos foram formulados no sentido de burilar este novo modelo de desenvolvimento que passa a ser definitivamente adotado pela ONU, em 1987, no Relatório de Brundtland, com o nome de “desenvolvimento sustentável”. Neste relatório, que foi publicado no mundo com o título “Nosso Futuro Comum”, o desenvolvimento sustentável é definido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” (BRÜSEKE, 1995, p. 33). Nos anos subseqüentes, a adoção real do desenvolvimento passa a ser o desafio.

Em 1992, a implementação do desenvolvimento sustentável foi o tema central da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro. O maior legado desta conferência foi a Agenda 21, que é um ambicioso programa de ação para implantar o desenvolvimento sustentável em todo o mundo ao longo do Século XXI (BRASIL, 1997).

Com a Agenda 21, o desenvolvimento sustentável, ainda ignorado por muitos governos do mundo, passa a ser “tarefa obrigatória” para tornar real o “tripé eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica” (BRÜSEKE, 1995, p. 35).

Entre 26 de agosto e 4 de setembro de 2002, Johannesburgo (África do Sul) sediou a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, batizada de Rio+10, por acontecer dez anos após a Eco-92. Embora tenha sido a maior conferência da história da ONU, com 191 delegações presentes, seus resultados foram considerados parcos ou completamente nulos, pois no Plano de Ação elaborado ao final da Conferência, “há mais problemas que medidas concretas para deslanchar o desenvolvimento sustentável em escala global” (SAIBA, 2002). O fiasco da Rio+10 se deve à não delimitação de metas e prazos para a implementação da Agenda 21 por parte dos países ricos, que, encabeçados pelos EUA, decidiram não assumir compromissos muito definidos a longo prazo.

Percebe-se, então, que o desenvolvimento sustentável já foi e continuará sendo tema de muitas discussões e documentos elaborados, porém a sua implementação prática ainda é ponto de muitas controvérsias, reforçando a evidência que no mundo da globalização, “[...] os grandes interesses da produção capitalista, em base à busca do lucro, ainda predominam na hora de determinar as diretrizes do desenvolvimento” (MARQUES, 2002, p.121).

No rastro das discussões sobre o desenvolvimento sustentável, o turismo, como a atividade que mais vem crescendo no mundo nas últimas décadas, também passa a adotar este novo paradigma de desenvolvimento como desafio. O “turismo sustentável” corresponde a um termo específico que denota a aplicação do desenvolvimento sustentável ao contexto particular do turismo.

O turismo sustentável é um enfoque positivo visando minimizar as tensões e os atritos criados pelas complexas interações entre o *trade*, os visitantes, o ambiente e as comunidades locais que recebem os turistas. [...] Uma perspectiva que envolve esforço para a longa viabilidade e qualidade dos recursos naturais e humanos (*apud* GARROD; FYALL, 1998, p. 201).

Na esteira do crescimento do turismo no mundo, proliferaram na última década estudos e definições sob a perspectiva do turismo sustentável, especialmente sob o prefixo “eco”(turismo) ou sob o adjetivo “ecológico”. As diversas concepções “parciais” existentes sinalizam as seguintes características do turismo sustentável: produzir um desenvolvimento de longo prazo que integre a população local e proporcione uma melhoria da sua qualidade de vida; estabelecer uma relação harmoniosa entre turistas e anfitriões e possibilitar o uso racional dos recursos naturais e culturais para que estes possam ser usufruídos pelas atuais e futuras gerações.

Depreende-se então que a base do turismo sustentável é composta pelas pilas que formam o tripé do desenvolvimento sustentável – eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica. Neste âmbito, organizações associadas ao *trade* também vêm buscando criar uma série de normas e diretrizes para o desenvolvimento e administração da atividade turística. Podemos citar como exemplo os dez princípios para o turismo sustentável, criados pela organização inglesa *Tourism Concern* e pelo *Worldwide Fund for Nature* (WWF - Fundo Mundial para a Vida Selvagem), os quais transcrevemos abaixo com pequenas modificações (*apud* GARROD; FYALL, 1998, p. 202):

1. *Usar os recursos com sustentabilidade*: a conservação e uso sustentável dos recursos – natural, social e cultural – é crucial e faz sentido mantê-los para o futuro da atividade.
2. *Reduzir o excesso de consumo e o desperdício*: a redução do excesso de consumo e do desperdício evita os custos de restabelecer em longo prazo danos ambientais e contribui à qualidade do turismo.
3. *Manter a diversidade*: manter e promover a diversidade natural, social e cultural é essencial para um turismo sustentável duradouro, e cria opções diversificadas para a atividade.
4. *Integrar o turismo ao planejamento*: o turismo que é integrado numa estrutura de planejamento estratégico nacional e local e que empreenda taxas de impactos ambientais aumenta a viabilidade em longo prazo da atividade.
5. *Apoiar as economias locais*: o turismo que apóia em largo alcance as atividades econômicas locais e que leva em conta seus valores e recursos ambientais protege essas economias e evita danos ambientais.
6. *Envolver as comunidades locais*: o total envolvimento das comunidades locais no setor de turismo não só beneficia a elas e ao meio ambiente em geral, mas também melhora a qualidade da atividade turística.
7. *Integrar o poder público e privado*: a articulação entre o *trade*, as comunidades locais, as organizações e instituições ligadas ao turismo é essencial para elas trabalharem integradas, buscando solucionar potenciais conflitos de interesses.

8. *Qualificar a mão-de-obra*: a qualificação de mão-de-obra integra o turismo sustentável em práticas de trabalho, na medida em que recruta mão-de-obra local em todos os níveis, melhorando a qualidade do produto turístico.
9. *Comercializar o turismo com responsabilidade*: o marketing que promove o turismo com ampla e responsável informação aumenta o respeito pelos ambientes naturais, sociais e culturais das áreas receptoras e aumenta a satisfação dos visitantes.
10. *Desenvolver pesquisas*: a realização de pesquisas e o monitoramento da atividade através de dados e análises são essenciais para ajudar a resolver problemas e trazer benefícios para os espaços receptores, para o turismo e seus consumidores.

Embora as definições e princípios acenem a gama de inter-relações que podem viabilizar o turismo sustentável, este conceito, da mesma forma que o desenvolvimento sustentável, também suscita muitas críticas e controvérsias, como discutiremos no item em seguida.

SUSTENTABILIDADE OU INSUSTENTABILIDADE? PERCALÇOS E CRÍTICAS AO NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO

O termo desenvolvimento sustentável tem sido alvo de muitas críticas e querelas sobre o seu significado e sobre a sua viabilidade prática. Muitos o consideram falacioso, contraditório e meramente retórico. Outros o avaliam como uma nova roupagem do desenvolvimento capitalista, sob novos adjetivos, como “sustentável”, “equitativo”, “local”, “humano” etc., para encobrir suas velhas práticas de expansão mundial em busca do lucro.

As origens do termo remontam os interstícios da crise do paradigma do desenvolvimento econômico, pois desde meados do Século XX, havia um consenso de que o modelo de desenvolvimento que tinha a indústria como força motriz era ecologicamente devastador, socialmente excludente e politicamente injusto, aumentando as discrepâncias entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos (GUIMARÃES, 2001).

Debates, especialmente sob a bandeira das questões ecológicas, apontavam a diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico, alertando que o primeiro, em toda a sua acepção, é mais amplo (SOUZA, 2002), pois articula as dimensões econômica, social, política, cultural e ambiental, enquanto o segundo é sinônimo de desenvolvimento econômico, restringindo-se, em muitos casos, a um crescimento quantitativo da economia mas que não gera uma distribuição equitativa das riquezas, as quais ficam concentradas nas mãos de pequena parcela da população, excluindo do processo a sua maioria (este fato é facilmente constatado no cruzamento dos dados do PNB com o IDH dos países subdesenvolvidos).

Na sua essência, o desenvolvimento sustentável, segundo Rodrigues (1998, p. 93), está eivado de contradições, inclusive na sua própria terminologia. “Trata-se de um conceito ambivalente, híbrido, uma vez que a sustentabilidade é um conceito da Biologia, aplicado ao equilíbrio dos ecossistemas, enquanto o desenvolvimento é um conceito da Economia, relacionado geralmente ao crescimento econômico *tout court*”.

A emergência da globalização também acentua as críticas ao novo modelo de desenvolvimento. O mundo de hoje assiste a um aumento explosivo da produção e do consumo de mercadorias, resultando, conseqüentemente, numa maior dilapidação dos recursos naturais. Nesta perspectiva, Rodrigues (2002, p. 46) adverte que “desenvolver é uma meta a se atingir que compreende – no mundo moderno e pós-moderno – a produção de mais e mais mercadorias. [...] Sustentabilidade significa manutenção das condições e, como já apontado, não tem sido viável na produção de novas e contínuas mercadorias”.

O aumento na produção e no consumo das mercadorias leva, por um lado, à degradação dos recursos, inclusive os não-renováveis, e, por outro lado, à produção dos resíduos (como o lixo nos seus diversos estados de composição) que, pelo fato de sua coleta, armazenamento e destinação final ainda não terem um valor de mercado expressivo, terminam contaminando o solo, a água o ar, ou seja, os principais condicionantes para a sobrevivência humana.

No atual modo de produção capitalista, permeado pela revolução técnico-científica, o espaço e o tempo são considerados custos de produção que devem ser minimizados para que a reprodução do capital consiga sempre maiores lucros. A natureza é concebida como mercadoria e

como matéria-prima que cada vez mais é artificializada pela ação humana. A mídia e o marketing criam o desejo e a necessidade de consumo da sociedade. Há uma manipulação em que o necessário e o supérfluo se (con)fundem.

Então, como falar em sustentabilidade numa sociedade que é movida pela produção e pelo consumo insaciável de mercadoria? Não seria o desenvolvimento sustentável uma proposta cujos procedimentos práticos não se coadunam com a realidade atual e só poderia de fato existir em nível de retórica?

Nesta mesma direção, Mattos (1997, p. 105) também especula se o desenvolvimento sustentável não perfila “uma nova utopia para um mundo sem utopias”.

Uma das principais fragilidades do conceito reside no âmbito geopolítico, ao ignorar a correlação de forças entre os países ricos do Norte e os países pobres do Sul que configura a “nova ordem mundial” (VESENTINI, 2003, p. 89). Problemas como a destruição da camada de ozônio e o aumento do aquecimento da atmosfera (efeito estufa) acirraram as discussões sobre as diferentes posições desses países a respeito da proteção ambiental. Enquanto o Norte alerta sobre os perigos da degradação ambiental do planeta e “convida” todos os países a dividirem a responsabilidade, o Sul prioriza o crescimento a qualquer custo e não aceita dividir o “problema” através de novos encargos, como se todos os países do mundo tivessem gerado os mesmos impactos nos recursos naturais do globo.

Na realidade, estas posições dos países pobres e ricos revelam distintas concepções de desenvolvimento: os primeiros são responsáveis pelo maior consumo dos recursos naturais do planeta e, obviamente, pelos maiores impactos gerados – a exemplo da eliminação dos gases causadores do efeito estufa, dos quais 75 a 80% são provenientes dos países industrializados, cuja população corresponde a menos de 20% dos habitantes do mundo (VIEIRA, 1997, p. 95); já os países pobres, no afofo do tão propalado desenvolvimento, servem como plataformas de exportação, sobretudo de produtos primários, para os países ricos, gerando uma série de impactos e a escassez de muitos dos seus recursos naturais.

A solidariedade entre os povos e a defesa do meio ambiente global, aclamados nos discursos oficiais em prol do desenvolvimento sustentável, esbarram, na prática, nas relações desiguais do comércio internacional, na super-taxação dos produtos dos países pobres frente aos subsídios governamentais oferecidos aos produtores do Norte, na difusão das multinacionais diante de uma gradativa política neoliberal endossada pela OMC, FMI, BIRD etc., que enfraquece o poder dos Estados Nacionais dos países subdesenvolvidos, além da “vista grossa” adotada pelos países ricos à implementação dos compromissos assumidos na Agenda 21, que tem enfraquecido as reuniões e fóruns mundiais para a discussão do desenvolvimento sustentável.

Portanto, ecoam críticas às contradições do capitalismo e às históricas relações de conflito entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos que tentam ser “encobertas pelo manto redentor” do desenvolvimento sustentável. Immanuel Wallerstein, por exemplo, desfaz a “ilusão do progresso”, alertando que: “Países em desenvolvimento não podem atingir um estágio de evolução comparável àquele dos países mais abastados porque o desenvolvimento não tem os países ou as sociedades como seu objeto. Seu objetivo principal é a chamada economia-mundo” (MORAES, 2002).

Mesmo Sachs, um dos autores mais respeitados pela sua interpretação complexa do desenvolvimento sustentável, não escapa do crivo dos que advogam a incompatibilidade real entre este novo modelo de desenvolvimento e a globalização. Sachs “[...] acredita ser possível alcançar um desenvolvimento com justiça social por dentro das estruturas capitalistas” (MARQUES, 2002, p. 126). Contudo, em crítica mais contundente, Ouriques (1998, p. 30) ressalta que “as teses de Sachs têm um caráter idílico, não passam de mera retórica e trazem implícita uma argumentação economicista liberal”.

Outra fragilidade do conceito de desenvolvimento sustentável reside na falta de clareza ou de mecanismos concretos que possibilitem o uso racional dos recursos, garantindo a qualidade de vida às gerações presentes e futuras. Neste sentido, Rodrigues (2000) questiona:

Se as gerações presentes não estão sendo atendidas em suas necessidades mínimas e muito menos ouvidas, o que dizer das gerações que sequer estão

fisicamente presentes para fazer qualquer solicitação? Pensar nas gerações futuras, mantendo as condições da presente não é, contraditoriamente negar a possibilidade de desenvolvimento ilimitado, negar a crença na tecnologia como uma forma de resolver os problemas presentes e futuros?

Não restam dúvidas de que ainda serão necessárias “calorosas” discussões na busca de alternativas que possibilitem ao desenvolvimento sustentável deixar de ser mera retórica para se transformar em realidade. No caso do turismo sustentável que vimos discutindo neste artigo, muitos autores apregoam que os dois termos são conflitantes pela complexidade de relações que engendram.

O turismo, por si só, é uma atividade ampla que articula expressivos fixos e fluxos da indústria, do comércio e dos serviços, tendo na paisagem, sobretudo nos recursos naturais, seu centro simulado de atenção. “Essa suposição assume maior significância à medida que os apelos contemporâneos dos ‘pacotes’ turísticos destacam a natureza como atributos ‘valiosos’ dessa paisagem-mercadoria” (GOMES, 1998, p. 259). Pautando-se na sua dimensão estético-subjetiva, os agentes de marketing turístico selecionam os espaços portadores de um rico e diversificado patrimônio natural e cultural, transformando-os em alvos de necessidades criadas.

O turismo é uma atividade que vem estimulando, *pari passu* ao seu crescimento nos últimos anos, a produção e o consumo de mais e mais mercadorias para atender a sua difusão em diversos lugares do globo. Desde a instalação de infra-estrutura como rodoviárias, aeroportos, avenidas, hotéis, restaurantes etc., até a “mercantilização” dos recursos naturais e culturais dos territórios, o turismo se assenta na produção e no consumo de mercadorias. Portanto, para Rodrigues (2002, p. 49), “a atividade turística é, na própria essência, incompatível com uma idéia de Desenvolvimento Sustentável”.

O advento do “meio técnico-científico-informacional” possibilitou ao turismo o aumento na produção, circulação e consumo de mercadorias de diversas nacionalidades que se desterritorializam e se (re)territorializam com maior fluidez e intencionalidade, articulando as escalas local e global. Os turistas passam a consumir, além dos lugares visitados, equipamentos e produtos de várias origens que, muitas vezes, se contrapõem à ordem local, levando o estranhamento e a formação de “não-lugares” ditados pelos padrões globais de reprodução em massa do turismo - a exemplo dos *resorts* e parques temáticos. Nesse contexto, Rodrigues (2000) também arrisca afirmar que “o turismo com base local só tem a base, o território como local, porque o processo se insere na globalidade e na mundialidade”.

Em consonância com o processo de globalização, o turismo, ao mesmo tempo que integra as economias “ditando” padrões de consumo e de lazer, seleciona, exclui e hierarquiza os espaços, concentrando funções e serviços em lugares específicos.

Assim como, nos anos 50, a indústria foi propalada nos discursos desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitschek no Brasil, hoje, o turismo sustentável parece estar se transformando no “novo mito do desenvolvimento”, encarnando o que Chauí (*apud* RODRIGUES, 2000) denomina um “mito fundador”, ou seja, “[...] aquele que não cessa de encontrar outros meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”.

Por mais que se atribua ao turismo a capacidade de não degradar o meio ambiente, de ser uma atividade contemplativa, uma “indústria sem chaminé”, que cada vez mais difunde o ecoturismo ou o turismo ecologicamente correto, quando analisamos as suas contradições – conforme os objetivos deste trabalho –, não podemos deixar de inquirir se o turismo sustentável é mais um “mito fundador” que se aproveita dos “novos discursos” para legitimar “velhas práticas”?

Diversos estudos têm apresentado propostas metodológicas de como conceber o turismo sustentável através de coeficientes e medidas estatísticas que delimitem a sustentabilidade de um lugar ou de um ecossistema para atender a demanda turística. A capacidade de carga (*carrying capacity*) ou capacidade de suporte é um destes mecanismos que tenta definir a limitação máxima de exploração dos atrativos naturais e culturais pela atividade turística, alertando que a

ultrapassagem desse limite resulta na deterioração destes próprios recursos e, conseqüentemente, da própria atividade.

Embora o conceito seja simples, sua aplicação é complexa, devido às dificuldades de se quantificarem as transformações sócio-culturais que ocorrem e descobrir as relações entre os impactos turísticos e os seus efeitos no meio ambiente (LEA, 1988).

A pegada ecológica (*footprint*) é outro coeficiente que tem aparecido recentemente para tentar delimitar a sustentabilidade do turismo. Ela tenta correlacionar a demanda de consumo de um determinado espaço com o grau e a extensão territorial na qual ele se espalha para satisfazer sua necessidade de produção e consumo de mercadoria. Para esclarecer este conceito, Rodrigues (2000) cita o seguinte exemplo: “Metrópoles como México, São Paulo, Calcutá e Nova Iorque são usinas de consumo de energia e de produção intensiva de resíduos de toda ordem, buscando cada vez mais longe os insumos de que necessitam e estendendo em escala global suas pegadas ecológicas”. Todavia, a pegada ecológica também padece da dificuldade de ser expressa em termos práticos ou quantitativos.

Esta mesma crítica também pode ser estendida aos dez princípios do turismo sustentável (arrolados acima) que foram postulados pela *Tourism Concern* e pelo WWF. Embora pareçam medidas simples que podem, sem dúvida, contribuir para a sustentabilidade do turismo, há dificuldades em estabelecer mecanismos e instrumentos que possibilitem a implementação prática destes princípios.

Estas indefinições práticas têm levado também ao surgimento de correntes que defendem diferentes posições sobre o uso “sustentável” e a proteção dos recursos do planeta, como, por exemplo, os que advogam a “conservação” da natureza em oposição à sua “preservação”, os adeptos da “ecologia profunda” (*deep ecology*), dentre outras.

Garrod e Fyall (1998) comentam que os dez princípios formulados pela *Tourism Concern* e pelo WWF são acompanhados por nada menos que 98 “recomendações” de como podem ser alcançados e, além disso, a *Estratégia de Ação Global para o Turismo Sustentável na década de 90* sugeriu mais de 40 “recomendações” individuais para o poder público, para o *trade*, para as ONG’s, para as organizações internacionais de turismo e para os turistas. Porém, nenhuma tem um objetivo específico, quantificado, e em nenhum caso está proposto qualquer sistema de medida. Então, estes autores sentenciam que “sem um sistema de medidas, os turistas não poderão identificar qual distância os separa do alcance da sustentabilidade; nem eles saberão parar quando tiverem atingido” (GARROD; FYALL, 1998, p. 202).

Dessa forma, observa-se que, semelhante ao novo paradigma de desenvolvimento, o turismo sustentável também acende muitas polêmicas e discussões. Por um lado, podemos, genericamente, identificar uma “corrente” de estudiosos que se associam aos discursos de outros segmentos do *trade*, das ONG’s, do poder público e da sociedade em geral na defesa do turismo sustentável como a redenção da própria atividade e o “único” caminho para que ela não frustre as expectativas geradas. Por outro lado, há os céticos, que não acreditam na viabilidade real do turismo sustentável na atual conjuntura da globalização. Estes últimos tecem inúmeras críticas aos princípios da sustentabilidade e defendem a criação de mecanismos e critérios mais racionais (quantitativos, mensuráveis) para que se possa passar do discurso à prática. Será que no seio desse debate, dessa “queda de braço”, há espaço e/ou sinais de perspectivas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS: HÁ PERSPECTIVAS PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL?

As reflexões apresentadas neste artigo estão balizadas por quatro termos (globalização, desenvolvimento, turismo e sustentabilidade) que são, conforme analisados, complexos e polêmicos. Portanto, estamos conscientes de que os esforços aqui envidados não esgotam suas discussões.

Vivemos diante da incerteza, de uma “crise de paradigmas” que nos convida a “propor novas alternativas” e a lançar mão de “novos olhares” sobre o mundo, na perspectiva de aprendermos com o passado a construirmos o presente e o futuro.

Nesse sentido, os cenários nos permitem vislumbrar que, apesar dos percalços, é possível rumarmos em busca de um outro modelo de desenvolvimento e de turismo, socialmente menos excludente e ecologicamente menos devastador. Não importa que adjetivo usaremos para designar este “novo” modelo – se “sustentável”, “ecológico”, “local”, “eqüitativo”, “endógeno”, “social”, “comunitário”, “na escala humana” ou outros. O que importa é a certeza de que ainda há um longo e árduo caminho a percorrer, assentado nas experiências turísticas dos pequenos municípios às grandes metrópoles globais, nos seus erros e acertos, avanços e retrocessos que possam estimular as pesquisas e estudos acadêmicos no sentido de sistematizarem estas práticas turísticas e analisarem se elas são portadoras das mudanças almejadas.

Compartilhamos da opinião de Ignacy Sachs (1993, p. 54), de que “a longa luta somente será vencida no dia em que for possível esquecer o adjetivo ‘sustentável’ ou o prefixo ‘eco’ ao se falar de desenvolvimento”. E, então, pudermos, não só com o turismo, mas com todas as atividades, caminhar em direção a uma sociedade que oferte, pelo menos, maiores oportunidades para que os seus integrantes possam se tornar verdadeiros cidadãos.

O mestre Milton Santos (2000) adverte que a “globalização perversa” não é irreversível, e podemos usar os seus alicerces para construir neste século “uma outra globalização”. Pensamos, assim, que também é possível enfrentar o problema das contradições contidas no discurso do turismo sustentável sem desviar do seu cerne ou propor um outro “rótulo”. Antes de aceitá-lo como um problema insanável, preferimos encará-lo como um desafio real à imaginação dos diversos atores que fazem do turismo uma prática social.

A consciência da necessidade da mudança é o primeiro passo que foi dado há cerca de trinta ou quarenta anos e que vem se perfilando ao longo desse tempo. Isto pode até parecer insignificante frente às agressões ambientais e à exclusão social geradas neste mesmo período. Mas cabe destacar que a mudança em marcha faz parte de um processo que carece de cautela e maiores reflexões.

Convém lembrar também que, a despeito do *boom* do turismo no mundo, os estudos acadêmicos no Brasil ainda são recentes (embora, em expressivo crescimento), assim como as experiências práticas incentivadas pelo Estado, principalmente através do Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico (PRODETUR), instituído em 1992, e do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), de 1994.

Muitos estudos (felizmente!) têm contestado as intencionalidades desses programas e denunciado os “desvios” dos seus objetivos. Entretanto, se por um lado, podemos criticar a “guerra dos lugares” e os impactos sócio-ambientais que estes programas disseminaram em várias regiões do País, por outro, não podemos descartar a observação de que estes programas “acenderam” uma maior preocupação com o turismo em diversos municípios do Brasil, além de uma maior consciência e participação dos “atores locais”. Assim, consideramos profícuas as discussões que estes programas ensejaram junto à academia, ao *trade*, ao Estado, às instituições e às populações locais vinculadas ao turismo.

No bojo desses debates, crescem no Brasil as experiências de associações (de bairros, de moradores, de comerciantes etc.), de organizações (especialmente as não governamentais), de planejamento e orçamento participativos etc., que são e devem continuar sendo importantes ações locais para a construção de um turismo realmente sustentável.

É possível que as experiências dessas ações e desses atores locais possam contribuir para desmistificar a ideologia difundida de que o turismo é a única via de salvação para todos os entraves do desenvolvimento local. Como preconiza Domenico de Masi (1999, p. 9), “uma economia sadia é diversificada e abrangente. Ela não pode centrar-se apenas na agricultura, só na indústria, nos serviços ou no tempo livre. A questão é saber dosar os vários ingredientes da economia”.

Os “intelectuais”, como enaltece Santos (2000), têm uma grande responsabilidade no sentido de contribuir para a transformação do paradigma de desenvolvimento em curso. Suas análises têm conseguido, cada vez mais, ultrapassar as “estantes” e “muralhas” das universidades, muitas vezes para assessorar os programas e projetos governamentais. No âmbito do turismo, cresce também o número de fóruns e congressos científicos que reúnem os mais diversos

segmentos da academia, do Governo, do *trade* e da sociedade em geral para debater os rumos desta atividade.

Os primeiros frutos desse processo já sinalizam um substancial aumento nas pesquisas e publicações destinadas ao turismo, principalmente para avaliar os seus impactos junto às comunidades locais. Este cenário que se desenha pode ajudar na contenda existente entre as retóricas que permeiam os “princípios” do turismo sustentável e as deficiências prático-quantitativas de mensurá-los. Os “estudos de caso” do turismo podem, gradativamente, apontar alternativas para dirimir ou, pelo menos, atenuar este embate.

Sendo assim, consideramos que as experiências e discussões sobre o turismo sustentável ainda são recentes e incipientes para, desde já, nos precipitarmos em “engrossar o coro” dos céticos ou dos que fazem apologia desta atividade. Não podemos, ingenuamente, deixar de concordar com os primeiros quando atestam que no atual contexto da globalização o turismo sustentável incita diversas controvérsias. Todavia, preferimos persistir, cautelosamente, na análise crítica, auscultando as diversas “tendências” e acreditando que as experiências práticas associadas aos estudos teóricos do turismo possam configurar um porvir mais alentador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.
- BATISTA Jr., Paulo Nogueira. **Mitos da globalização**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1998.
- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- BRASIL. Senado Federal. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Agenda 21**. 2. ed. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, 1997.
- BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife-PE: FUNDAJ, 1995.
- CAVALCANTE, Enoque. **Sustentabilidade do desenvolvimento: fundamentos teóricos e metodológicos do novo paradigma**. 2. ed. Recife: UFPE, 1998.
- CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP, n. 5, p. 1-30, dez. 1995.
- GARROD, Brian; FYALL, Alan. Beyond the rhetoric of sustainable tourism? **Tourism Management**. Reino Unido: Elsevier Science, v. 19, n. 3, p. 199-212, 1998.
- GOMES, Edvânia Torres Aguiar. A ressurgência do turismo nos anos 90 - campo de possibilidades de revisitações da região, natureza e paisagem na Geografia. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. Teixeira. **Turismo com Ética**. Fortaleza: UECE, 1998.
- GUIMARÃES, Roberto Pereira. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LEA, John. **Tourism and development in the third world**. London: Routledge, 1998.
- MARQUES, Gilberto. Desenvolvimento e natureza: interpretação e possibilidade de diálogo. **Universidade e Sociedade**. Brasília: ANDES-SN, n. 26, fev. 2002.
- MASI, Domenico de. Em busca do tempo perdido. Entrevista. In: **Correio do Livro da UnB**. Brasília: Unb, abril-junho/1999.

MATTOS, Carlos A. de. Desenvolvimento sustentável nos territórios da globalização. Alternativa de sobrevivência ou nova utopia? In: BECKER, B.; MIRANDA, M. (Orgs.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MORAES, Márcio Senne de. Wallerstein desfaz a “ilusão do progresso”. **Folha de São Paulo**, 10 fev. 2002. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>> Acesso em: 10 fev. 2002.

OURIQUES, Helton Ricardo. **Turismo em Florianópolis**: uma crítica à “indústria pós-moderna”. Florianópolis: UFSC, 1998.

RODRIGUES, Adyr Balastri. Uma abordagem geográfica do espaço do turismo. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. Teixeira. **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Turismo e o mito da sustentabilidade: o eterno retorno ao mito do desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 4., 2000, Joinville. **Anais...** CD-ROM. Joinville: IELUSC, 2000. (Palestra proferida)

_____. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, Adyr Balastri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SAIBA o que a Rio+10 conseguiu decidir. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 set. 2002. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>> Acesso em: 06 set. 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Sílvia Bandeira de Mello e. Atração global, estratégias locais e turismo. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. Teixeira. **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr Balastri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

VESENTINI, José William. **Nova ordem, imperialismo e geopolítica global**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.